

AVANÇOS NA QUESTÃO AMBIENTAL NO CAMPO PAULISTA

*** Roberto Rodrigues**

O Código Florestal, importante texto legal duramente conquistado pela sociedade brasileira depois de anos de discussão nem sempre inteligente entre ambientalistas, academia, políticos e entidades representativas de produtores rurais, foi um avanço notável para o agronegócio do país, reconhecido mundialmente pelo equilíbrio, e trouxe relativa paz ao campo. E gerou a necessidade de cada Unidade da Federação produzir sua própria legislação sobre o tema, com a respectiva regulamentação.

O Estado de São Paulo cumpriu sua parte através da Lei Estadual nº15.684/15 e, em janeiro passado o governo paulista regulamentou o Programa de Regularização Ambiental-PRA pelo Decreto nº 61.793/2016. Este regulamento fixa obrigações para os produtores rurais e determina as responsabilidades da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e também as da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Os principais pontos tratados no decreto são:

- 1- Determina a necessidade de apresentação de PRADA - Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas - PRADA, a ser homologado pela Secretaria do Meio Ambiente;
- 2- Estabelece a forma de homologação final da regularização, após acompanhamento da execução, com conversão de multas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente e regularização do uso de áreas rurais consolidadas conforme identificadas no PRA;
- 3- Determina o apoio técnico gratuito para as ações necessárias à recomposição da vegetação das Áreas de Preservação Permanente dos pequenos imóveis rurais;
- 4- Cria um Banco de Áreas Disponíveis para compensação de Reserva Legal (inclusive em Unidades de Conservação pendentes de Regularização Fundiária); e de Áreas de Preservação Permanente em imóveis rurais disponíveis para recomposição;
- 5- Fixa a competência da Secretaria de Agricultura e Abastecimento para a análise da ocupação do imóvel rural e do desmatamento da vegetação nativa nele existente anteriormente a 2008, para fins de dispensa de recomposição, compensação ou regeneração da Reserva Legal de 20%;
- 6) Abre a possibilidade de se efetivar a recomposição de Área de Preservação Permanente e de Reserva Legal dos imóveis rurais no âmbito do Programa Nascentes, instituído pelo Decreto nº 60.521, de 5 de junho de 2014, com incentivos governamentais.

A Sociedade Rural Brasileira, instituição muito ligada ao tema da sustentabilidade, considera que o Decreto é - assim como o Código Florestal - bastante equilibrado e abrange as regras mais claras para a regularização definitiva das fazendas paulistas, reconhecendo que ainda falta definir algumas ações a serem efetivadas pelas Secretarias já referidas, mas o passo mais importante está dado.

O Secretário de Agricultura, Arnaldo Jardim, acredita que o decreto “garante o uso econômico de áreas de ocupação consolidada em APPs, facilita a instituição de Reservas Legais, suspende a cobrança de autuações e multas ambientais, auxilia os pequenos e médios proprietários rurais a reconstituírem matas ciliares, incrementa os fluxos e conexões biológicas, melhora a produção hídrica e permite a tão esperada regularização definitiva das áreas produtivas”.

Estamos avançando na direção correta.

No entanto, logo após a publicação do decreto mencionado, a Secretaria paulista de Meio Ambiente baixou uma Resolução limitando bastante os direitos estabelecidos pela Lei nº 12.651, submetendo-os à discricionariedade (senão arbitrariedade) da ação administrativa.

Mais uma vez, a Sociedade Rural Brasileira, através de seu Diretor Jurídico Francisco de Godoy Bueno, se manifestou de forma comedida sobre esta Resolução:

“Questões importantes e que seriam próprias do regulamento administrativo, como o procedimento a ser seguido pelos interessados, deixaram de ser disciplinadas.

Também não foram previstas as aguardadas regras para a emissão e utilização das cotas de reserva ambiental (CRAs) e para compensação de Reserva Legal por meio de doação de áreas em Unidades de Conservação, que muito podiam contribuir para que pudesse haver investimentos efetivos em negócios ambientais e regularização maciça das propriedades rurais do Estado.

Segundo dados da Sociedade Rural Brasileira, o passivo ambiental do Estado de São Paulo é enorme. São mais de 1,5 milhão de hectares de áreas de preservação permanente passíveis de recomposição e 1,2 milhões de hectares de áreas produtivas, que seriam convertidas em Reserva Legal, não fossem os dispositivos de Regularização Ambiental previstos pela Lei Federal nº 12.651/12 e pela Lei Estadual nº 15.684/15.

O regulamento editado pela Secretaria do Meio Ambiente exigirá a confecção de PRADAs para o acompanhamento de todo esse passivo, mesmo no caso de áreas rurais consolidadas, o que certamente implicará em um ônus altíssimo para a sociedade e para o Poder Público, que ficará ainda mais

assoberbado de processos administrativos a perpetuar a ineficiência da gestão pública ambiental.

Quanto à Reserva Legal as dificuldades impostas à realização da compensação ambiental em áreas fora da propriedade e fora do Estado, tornarão impossível que o setor rural regularize o seu passivo, especialmente nas regiões do Bioma Cerrado, em que o déficit atinge a soma de 800 mil hectares, nas áreas mais produtivas do Estado.

O pior cenário para a criação de uma economia sustentável no Estado de São Paulo é a judicialização das regras de regularização ambiental e o aprofundamento do clima de insegurança jurídica que paira sobre o campo em virtude da já conhecida postura dos Ministérios Públicos Estadual e Federal contra a Lei Federal nº 12.651/12. Infelizmente, o regulamento da Secretaria do Meio Ambiente deverá contribuir para esse ambiente caótico, levando a uma nova onda de ações judiciais e de impasses na regularização ambiental”.

Em suma, embora o Decreto seja positivo, esta Resolução da Secretaria do Meio Ambiente instala um certo desconforto entre ela e a Secretaria de Agricultura. Em outras palavras, dois órgãos do mesmo governo tem posições desencontradas sobre um tema essencial para o desenvolvimento rural do Estado.

Isso demanda uma posição de magistrado por parte do Governador. Enquanto tais questões não ficam esclarecidas, sofre o produtor rural do Estado e o meio ambiente fica sem definição...

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio**